

**GT 02 – História da Educação****HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: O NEGRO NO PROCESSO DE  
CONSTITUIÇÃO E EXPANSÃO ESCOLAR**

Ranchimit Batista Nunes (UFPI)

**INTRODUÇÃO**

*Digo: o real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é  
no meio da travessia.*

*(João Guimarães Rosa, Grande sertão: veredas, 1978)*

O presente artigo trata sobre História da educação Brasileira: o negro no processo de constituição e expansão escolar. Tem como objetivo analisar reflexivamente a condição do negro nesse processo, a fim de verificar quando e como ocorreu sua inserção na escola pública, uma vez que por muito tempo viveu na condição. Busca também poder compartilhar com as discussões e a disseminação da literatura que trata de ações afirmativas voltadas para a inclusão e promoção da igualdade social do negro na sociedade. Para isso, faremos uma travessia pelo contexto sociopolítico, econômico e cultural da educação, que vai desde os interesses, nos quais essa foi sendo concebida no Brasil, ainda no período Colonial (1759) até o advento da atual constituição (1988), no sentido de que, no meio dela possamos entender melhor a realidade a ser refletida.

A historiografia da educação escolar brasileira escreve, cronologicamente, a constituição de um sistema educacional escolar brasileiro excludente que se inicia desde o período Colonial para atender, de fato, aos interesses econômicos até o presente momento para atender os interesses capitalistas. A exclusão do negro nesse cenário está associada a dois

resultantes processos vividos por certos grupos sociais<sup>1</sup> ao longo de um movimento histórico que os vetou e, ao mesmo tempo, criou um estado que os impõe hoje na condição de serem incluídos. No caso específico do negro, a somatória de critérios como discriminação racial em função da cor da pele, a estigmatização e a rejeição chegou historicamente a tal ponto, que foram excluídos completamente do cenário educacional, um problema que até hoje tem reflexos e consequências na promoção de sua cidadania e sociabilidade.

Nesse sentido, muitos atributos são razões para compreendermos a atual situação em que passa esse grupo. Um personagem da nossa história que muito contribuiu e continua contribuindo com a construção desse país em todos os aspectos, sobretudo, o econômico e o cultural, mas que continua sobreposto, do ponto de vista social, a uma condição de vulnerabilidade imposta ainda no período escravocrata da nossa história.

As análises estatísticas atuais e os estudos sobre relações educacionais do negro brasileiro demonstram, a cada dia, o quanto o escravismo histórico e discriminatório influenciou na sua atual condição educacional de desigualdade, impondo-lhe que fique à mercê de políticas públicas. E, apesar de a educação ter funcionado ao longo do tempo como um dos meios de reprodução dessa condição desigual, não se pode negar que existe uma história da educação e da escolarização dos povos afrodescendentes. E, assim como neste trabalho, essa história precisa ser resgatada, uma vez que evidencia as informações e dados que retratam as relações educativas do negro com as escolas oficiais do estado, com a sociedade do passado e do presente, e com o próprio movimento negro brasileiro.

Para isso, fizemos um breve mapeamento bibliográfico e documental que tratam da temática. A realidade é que nos deparamos com pouco material referente ao tema e os materiais encontrados aborda um aspecto, ou outro, mas sem fazer uma análise que possibilitasse uma reflexão mais aprofundada de quando e como se deu a inserção do negro na escola pública. Mesmo assim, selecionamos algumas fontes primárias, que se tornaram referenciais fundamentais para o entendimento da questão, entre eles estão, as contribuições de Ward (1990), Piletti e Piletti (1990), Ribeiro (2002), Romanelli (1991), Hilsdorf (2003), Lopes et. al. (2000), artigos dos jornais da conhecida “imprensa negra” da frente negra brasileira, publicados entre os anos de 1904 a 1963, mencionados na obra de Moura (2002). Tidos como importantes fontes documentais sobre o negro no pós-abolição de 1888, entre outros.

---

<sup>1</sup> Referem-se aos negros, índios, mulheres, brancos pobres, entre outros.

Os resultados mostram as lacunas em aberto e o tratamento excludente dado ao negro no processo de escolarização no Brasil. Que mesmo assim, as camadas negras brasileiras manifestavam-se contrariamente a esse tratamento, evidenciando a existência uma intelectualidade negra que através da escrita adentrava os espaços sociais, dos quais os brancos pareciam dominar. Na atualidade, ainda é possível considerar que a condição do negro na sociedade brasileira continua indiferente, porém as análises apontam para grandes avanços no campo educacional.

## **A ESCOLA NO BRASIL E O CONTEXTO SÓCIO POLÍTICO-ECONÔMICO-CULTURAL EXCLUDENTE**

Historicamente, a educação brasileira esteve fortemente contextualizada à divisão e aos interesses de classes, prova disso, são as várias transformações mapeadas e ordenadas pela própria historiografia da educação ao longo de sua trajetória. Influências conservadoras e históricas, como a informalidade no processo de culturação, o autoritarismo, o reprodutivismo, a participação dos Jesuítas e as diversas reformas de ensino que perpassam desde o Marques de Pombal (1759) até o advento da atual Constituição (1988) representam vestígios de uma educação alienadora e excludente.

Algumas abordagens são importantes para nos situarem no contexto sociopolítico, econômico e cultural na história da educação brasileira, mais que isso, são fundamentais para compreendermos as intenções ideológicas de cada período, e o papel da escola frente a tais interesses. Lopes et al. (2000, p. 606) explicam que são estudos oriundos de investigações realizadas que dão condição e significação à historiografia atual da educação brasileira e dá conhecimento ao público dos resultados já obtidos. Nesse sentido, traçamos uma discussão sobre o histórico e a historiografia da educação escolar brasileira, seguindo o percurso de algumas abordagens.

Ribeiro (1994) descreve os diversos contextos pelos quais passou a educação brasileira, pela submissão interna e externa de um sistema baseado em modelos dependentes de produção, entre os quais a autora cita os interesses em relação à educação:

Na fase colonial o interesse das camadas dominantes era em relação às exigências das metrópoles e da exportação [...] Em seguida veio às influências positivistas em função da república [...] Na sequência, a organização regimentar em decorrência do estado novo, entre outros. (RIBEIRO, 1994, p.17-19).

Nessa análise, a autora confirma com certa facilidade que os adventos políticos e econômicos sempre estiveram enraizados na organização educacional, e as marcas disso são os desníveis e a exclusão social para alguns e privilégio para outros. Piletti e Piletti (1990 apud, ROSA, 1984, p. 207) acrescentam, ao citar que:

Uma característica marcante da história na educação brasileira é o maniqueísmo que divide o mundo em duas partes: a boa e a ruim, a certa e a errada [...] Que dum lado esteja o preto e do outro o branco, que o feio fique bem apartado do bonito e a alegria longe da tristeza [...] Ou seja, trata-se de uma educação que separa, distingue e demarca ao longo de suas práticas.

A historiografia atual da educação brasileira também reafirma a relação política/escola/cultura nesse contexto de demarcação, ao traçar esse quadro em que a Igreja se associa à monarquia para, através da palavra, implantar na nova terra a civilização dos que dela se apossavam. Nesse contexto, duas tendências passaram a predominar: a pedagogia jesuítica e as orientações pombalinas, que prevaleceram praticamente até meados da independência, deixando vestígios nos dias atuais, um exemplo disso, são os ensinamentos clássicos, contemplados até hoje (LOPES et al., 2000, p. 606).

Hilsdorf (2003) já numa abordagem mais recente da história da educação brasileira, afirma que ela dissolve-se também em um processo que vai da catequese jesuítica e a colonização, até a educação atual; nessa abordagem a autora consegue identificar a pluralidade existente nas perspectivas das políticas educacionais de cada período e, em suma, observa um traço importante da educação escolar brasileira em seus aspectos culturais. Para a autora:

As escolas mantêm ao longo dos tempos sua força no controle social da cultura, embora seja esse herdado atributo da história que vêm garantindo as transformações da ordem pública, que interroga as próprias políticas educativas e questiona as conquistas políticas. (HILSDORF, 2003, p.135).

Ainda segundo a autora, as políticas de educação pública só estiveram mobilizadas para atender a divisão de classes e, fazendo uma breve análise disso, a autora acrescenta que:

[...] A escola foi antes de tudo encarregada de uma configuração; foi o instrumento para o uso social de uma ordem de representações determinada. Por todos os seus espaços a escola brasileira esteve ligada a modificação da circulação da cultura. A escola foi organizada como uma forma de controle do corpo político da sociedade e das camadas populares. (HILSDORF, 2003, p.135).

No caso específico, em relação ao negro, esses modelos de organização escolar representam as marcas profundas de sua exclusão, apesar de não estarem claramente estabelecidas às relações interétnicas entre brancos e negros em cada modelo organizacional, era no âmbito dessas entidades que as escalas de valores prevaleciam, desde o momento em que o aparelho ideológico da religião dominava até os atuais contextos da sociedade capitalista.

O fim da escravidão, em 1888, e a Proclamação da República, em 1889, consolidaram no Brasil, logo de início, um modelo social baseado nos ideais do liberalismo econômico e político. Nesse cenário, o negro deixou de ser ferramenta de trabalho para ser mão de obra assalariada, passando, na teoria, ter direito à cidadania, pois a sociedade e as leis continuavam manifestando o preconceito racial, de tal maneira que o negro era impedido de frequentar vários ambientes de brancos, principalmente as escolas, locais favoráveis à reprodução desse modelo de sociedade e das suas relações de poder. A escola era vista como uma aliada política capaz de consolidar o desejo de um país com desenvolvimento econômico igual aos países europeus. Como lembra Souza (1998), o movimento de renovação da escola primária empreendida pelos primeiros governos republicanos no Brasil teve grande significado político, social e cultural, não só pela difusão da democratização da leitura para pobres e pretos e demais pessoas do meio popular, mas pelo seu comprometimento dos ideais republicanos, europeus, e principalmente com as perspectivas de modernização da sociedade brasileira.

## **O NEGRO E A EDUCAÇÃO ESCOLAR**

A educação escolar do negro no Brasil se destaca historicamente no fato de que não existia nenhuma espécie de educação formal destinada a ele, sua existência social era negada, além do mais, o argumento geral é de que eles tinham que trabalhar, pois foram trazidos da África para servir a econômica, nada poderiam receber de uma filosofia de educação caracterizada por ser eminentemente aristocrática e por ministrar uma educação somente aos que se destinavam a seguir universidade, na maioria das vezes, do outro lado do atlântico.

Explicitamente se constata nas leis provinciais de 1837, que excludamente prescreviam sobre o ensino público: “[...] são proibidas de frequentar as escolas públicas: 1º - as pessoas que padecem de moléstias contagiosas, 2º - os escravos e pretos ainda que livres ou libertos.” (GOMES, 2001 p. 4).

Há poucos registros sobre a instrução escolar do negro nesse período, porém ao analisar fontes existentes como dos Jornais da “imprensa negra”<sup>2</sup>, percebe-se que as camadas negras brasileiras, manifestavam-se contrariamente a afirmações que alegavam sua incapacidade para o bom desempenho escolar. Casos diversos, identificados nesse jornal sobre a história da escravidão no Brasil mostram, nesse período, a existência uma intelectualidade negra que reconhecia na escrita um meio de comunicação e para adentrar espaços sociais, dos quais os brancos pareciam dominar. Na obra de Moura, encontramos registros que tratam desses jornais e mostram a valorização dada à educação pelo negro como forma de prestígio social:

Durante todo o tempo em que a imprensa negra circulou, através de jornais de pequena tiragem e duração precária, as atividades da comunidade negra brasileira, principalmente a de São Paulo, ali se refletiam [...]. A preocupação com a educação é uma constante. O negro deve educar-se para subir socialmente [...]. Em todas as publicações é visível a preocupação com uma ética puritana capaz de retirar o negro de sua situação de marginalizado (MOURA, 2002, p. 6).

Ainda segundo Moura (2002, p. 71), o primeiro jornal, *O Menelick*, começou a circular em 1915, seguida de várias outras publicações perdurando até 1963, quando foi fechado o *Correio d'Ébano*. Estes jornais possuíam como característica principal, o fato de não fazerem a divulgação dos grandes acontecimentos nacionais, os quais evitavam se envolver. Conforme o autor tratava-se de "uma imprensa altamente setORIZADA nas suas informações era dirigida a um público específico".

Além dos indicativos desses jornais, um outro exemplo que mostra a apropriação do negro, a escrita, no período colonialista brasileiro é mencionada no trabalho de Cunha (1999). Trata-se do caso de Luís Gama que, em 1874, quando tinha 17 anos, tornou-se um amigo de um hóspede da casa onde trabalhava na condição de escravo, o qual o ensinou as primeiras letras. Posteriormente, serviu para forjar sua própria alforria e fugir da casa do seu dono. Outro caso conhecido é o da escrava Theodora (1850) e as sete cartas ditadas por ela a um escravo de ganho<sup>3</sup>, demonstrando que mesmo não tendo acesso à escola, também se apropriava da leitura e que os escravos sabiam como e em que circunstâncias deveriam utilizar os códigos escritos (MOYSÉS, 1995, p. 53).

---

<sup>2</sup> Esses jornais circularam de 1904 a 1963 e podem ser encontrados no site do arquivo público de São Paulo no link memória da imprensa: jornais da imprensa negra/jornal “Voz da Raça”.

<sup>3</sup> Tratava-se de uma espécie de escravo que, no período colonial e imperial, realizavam tarefas remuneradas, entregando ao senhor uma quota diária do pagamento recebido. Foi relativamente comum este tipo de escravo conseguir fazer economia para comprar sua liberdade, pagando ao senhor por sua alforria.

Paiva (2003, p.4) destaca, nesses casos, que foi o hibridismo cultural ocorrido a partir da convivência próxima de escravos com brancos livres que permitia a aprendizagem da escrita e da leitura por parte dos negros. Segundo esse autor, a leitura oralizada, teve papel fundamental para que o trânsito cultural entre o mundo dos letrados e o dos iletrados pudesse ocorrer. O autor descreve diversos casos de escravos que aprenderam a ler e a escrever, assumindo, assim, lugares de destaque na sociedade da época, como o crioulo Cosme Teixeira Pinto de Lacerda, que ocupou o cargo de escrevente de cartório em Paracatu e Sabará e construiu soluções para resolver pessoalmente os problemas legais até conseguir sua liberdade; entre outros.

Ao tratar também dessa questão, Gilberto Freyre, em *Casa grande & senzala* (2005, p. 382), sugere que “[...] nas senzalas da Bahia de 1835 havia talvez maior número de gente sabendo ler e escrever do que no alto das casas grandes”. Um contraponto que deixa claro, o quanto o estado brasileiro não se mobilizou e nem desejou desenvolver uma educação para os negros nessa sociedade e, mesmo assim, os negros desenvolveram a sua trajetória educacional.

No final do Império, com a reforma educacional Leôncio de Carvalho, de 1879, instituiu-se a liberdade de ensino, de frequência, credo religioso, as criações de escolas, possibilitando o surgimento de colégio protestante e construtivista, como já se passavam algumas décadas da abolição escrita da escravidão, a reforma trouxe o fim da proibição de matrículas de escravizados negros.

Mesmo com o fim da proibição de matrículas para negros, a sua realidade educacional ainda era muito precária, dos poucos que conseguiam se matricular, apenas os considerados mulatos ou os criados meios aos senhores da casa grande conseguiam chegar à escola normal, nenhum ao nível superior. Na prática, adentravam em vagas de asilos de órfãos e nas escolas de improvisado. Souza (1998) a partir da imprensa escrita como os da imprensa negra traz dados que indicam as condições precárias da população negra e uma presença pequena de crianças negras que frequentavam os grupos escolares reveladas nas fotografias da época. Afirmam a autora:

Pode-se dizer que os grupos escolares atenderam, nas primeiras décadas de sua implantação, a alunos provenientes das camadas populares [...] Desse contingente estavam excluídos os pobres, os miseráveis e os negros. As fotografias da época revelam a pequena presença de crianças negras nas classes dos grupos escolares, e isso se explica pelas péssimas condições sociais em que se encontrava a população negra da época. (SOUZA, 1998, p.27).

Houve casos em que as escolas eram formadas pelos próprios escravos, embora sobre isso haja poucos registros. Alguns deles dão informações sobre o Colégio Perseverança ou Cesarino, primeiro colégio feminino fundado em Campinas, no ano de 1860, e o Colégio São Benedito, criado em Campinas, em 1902, para alfabetizar os filhos dos homens de cor da cidade (MACIEL, 1997; BARBOSA, 1997; PEREIRA, 1999). Outras escolas citadas são a Escola Primária do Clube Negro Flor de Maio de São Carlos (SP), a Escola de Ferroviários de Santa Maria do Rio Grande do Sul e a promoção de cursos de alfabetização, curso primário regular e um curso preparatório para o ginásio, oferecido pela Frente Negra Brasileira, na cidade de São Paulo (PINTO, 1993; CUNHA JR. 1996; BARBOSA, 1997). Existe, ainda, informação de uma escola criada pelo negro Cosme<sup>4</sup>, no Quilombo da Fazenda Lagoa Amarela, em Bragança, no estado do Maranhão para o ensino da leitura e escritas aos negros quilombolas.

Entre 1920 a 1930 ocorreram várias reformas estaduais com novas propostas pedagógicas de ensino (Fernando de Azevedo no Rio de Janeiro, Anísio Teixeira na Bahia, Francisco campos em Minas Gerais). Tais reformas condenaram o elitismo na educação e preconizavam uma escola pública gratuita e obrigatória para todos, sem preconceitos de raças e ou gênero. Esse período teve uma significativa influência progressiva na educação do negro, devido às mudanças no panorama econômico – cultural e político do pós Guerra; O Brasil começou a repensar sobre seu potencial em diversos setores, e no educacional houve inovações pedagógicas de valorização cultural, com ênfase na diversidade, e nesse cenário a cultura africana passou a ser discutida nos espaços acadêmicos. Também surgiram diversas universidades brasileiras, dando início a uma trajetória cultural e científica sem precedentes.

A partir da década de 1960, com a ampliação da rede de ensino público em todo o país, o ingresso do negro às escolas públicas tornara-se rotineiro. Já o movimento de 1964 foi considerado um marco na interrupção dessa tendência progressiva na educação brasileira. Um período que vai da escola tecnicista militar ao advento da atual Constituição de 1988. Para o negro, foi um período de superação da inferioridade educacional, dessa vez, expressa no universo autoritário do ensino tecnicista militar, e com o surgimento da linguagem racista, através de insultos, agressões e estereótipos.

A partir dos anos 1970, com a constatação desse quadro, as organizações negras de caráter civil passaram a denunciar o modelo educacional vigente que excluía o patrimônio

---

<sup>4</sup> Líder da insurreição negra que fez parte da Balaiada. Uma das maiores rebeliões populares da História do Brasil. Cosme Bento das Chagas como era seu nome defendeu o fim da escravidão.

cultural da população negra dos conteúdos escolares. Começaram a reivindicar a incorporação dos conhecimentos voltados para o legado negro na história do país.

Assim, foi somente após um amplo movimento pela redemocratização do país, no início dos anos 1980, que resultou na promulgação da atual Constituição, que surgiram os princípios educacionais, afirmando como base a dignidade da pessoa humana, sem qualquer forma de discriminação ou preconceito, seja de raça, sexo, cor entre outros. E com o fortalecimento e a atuação dos movimentos negros, o país procurou introduzir inovações e políticas de valorização educacional dessa grande parcela da população e suas especificidades.

Essas inovações trouxeram para a atualidade a visão de escola como uma possibilidade de transformação da sociedade, no sentido de superar o colonialismo, desmistificando o racismo. Nesse sentido, o negro passou a ser alvo, de discussões em torno da educação e da implementação de políticas inclusivas, muitas vezes imparciais, providas de mecanismos discriminatórios ou apenas de caráter conviviais do ponto de vista de alguns autores. Uma questão que será tratada no próximo tópico.

## **O NEGRO E AS ATUAIS POLÍTICAS EDUCACIONAIS**

Apesar da influência que o processo histórico excludente teve na educação do negro no Brasil, considera-se atualmente que já houve grandes avanços, principalmente no que remete ao processo de acesso à educação formal. Primeiramente, com a promulgação da Carta Magna de 1988, que representou um marco no reconhecimento da diversidade étnica do país; logo em seguida a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9394/96) que mais tarde deu origem aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs, 1997), estabelecendo algumas questões sobre a necessidade do processo de escolarização, contemplando a diversidade étnica, socioeconômica e cultural em nossa sociedade.

A Lei 10.639, aprovada e recentemente implantada pelo o Conselho Nacional de Educação (CNE), em 9 de janeiro de 2003, que altera a LDB 9394/96 estabelecendo as diretrizes e bases da educação nacional para incluir no currículo escolar das redes de ensino do país a obrigatoriedade das temáticas História e Cultura Afrobrasileira, representa atualmente a preocupação do Estado brasileiro com a temática e com a demanda.

Os debates nas academias sobre a constitucionalidade dessa Lei têm sido cada vez mais acirrados. De um lado, os argumentos favoráveis defendem que essa política de Estado contribuirá com mudanças positivas na vida da população negra no Brasil, de modo que

possibilitará reverter os efeitos danosos causados pelo preconceito racial e a discriminação social ao longo dos tempos. De outro, os contrários consideram que a efetivação dessa legislação fere a Constituição Federal de 1988, a qual assegura a todos a igualdade de condições para permanência e acesso à escola. Sendo assim, essa Lei privilegiaria os negros, ignorando todos os outros grupos étnicos formadores da nação brasileira, reforçando ainda mais o problema da discriminação racial no Brasil.

Nesse processo a formulação das Diretrizes Curriculares Nacionais para as Relações Étnicas-Raciais (DCNERER) e para o ensino de História e Cultura afrobrasileira e africana, por meio do parecer CNE/2004 e da resolução CNE/2004 que visa à divulgação e à produção de conhecimentos e de atitudes, posturas e valores dos povos negros reforçou mais ainda, o debate nas academias. Essas diretrizes Curriculares Nacionais buscam consolidar mudanças na estrutura curricular e o favorecimento de uma prática pedagógica voltada para a diversidade cultural, prevista na Lei 10.639/2003 (CUNHA JUNIOR; GOMES, 2003, p. 43).

Assim, no presente momento, muitas ações afirmativas como essas, começam a serem implementadas como resposta às demandas da sociedade em relação à população negra, também da comunidade internacional, agora consciente da desigualdade racial existente no país. Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (2011), e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2010) sobre a população brasileira em nível de cor, demonstram que mais da metade da população brasileira autodeclarou-se negra (50,7%). Assim, o número dessa população no país já ultrapassou a população de cor branca (43,1%). Por outro lado, as estatísticas indicam que a população afrodescendente nas escolas brasileiras, principalmente nas públicas, ainda é inferior ao quadro da população de grupos de cor branca, sendo que a discriminação e a exclusão dessa maioria atinge desde a educação básica até a superior.

Estudos recentes, como os de Cardoso (2005), apontados para uma análise dessa realidade, mostram que essa ausência e/ou a falta de efetividade de políticas educacionais no campo da educação escolar ainda têm reflexos adversos na vida da população negra. Basta identificar que os negros continuam sendo maioria entre os analfabetos no Brasil, chegando a mais de 30%, e elevando-se a 36,4% na região Nordeste do país. Nos níveis maiores de escolaridade, apenas 4% dos negros brasileiros conseguem ingressar nas universidades, em comparação com 13% de ingresso entre os brancos (IBGE, 2010). Vejamos o Quadro 1, abaixo:

Quadro 1 – Dados educacionais por grupo-cor no Brasil

| <b>% de pessoas com 15 anos ou mais de estudos</b> | <b>% de pessoas no Ensino Superior: 18 a 24 anos.</b> | <b>Ensino Fundamental</b> |
|--|---|---------------------------|
| Eurodescendentes 75%                               | 60,3%   | 64%                       |
| Pretos 3,2%  | --  | --                        |
| Pardos 19,7%                                       | --  | --                        |
| Pretos e Pardos                                    | 28,7%   | 18,7%                     |

Fonte: PNAD ( 2010).

Os dados do Quadro 1 demonstram que as pessoas de pele negra que têm pouca escolaridade em nível superior tiveram baixo grau de aprendizagem no Ensino Fundamental e Médio, ilustrando a desigualdade ainda existente entre a educação escolar dos negros e dos brancos. Uma realidade que tem outras consequências, como: não ter condições de adquirir uma boa formação escolar e as possibilidades de encontrar trabalho digno no mercado, que são reduzidas. As taxas de desemprego entre essa população é de 9,3%, enquanto para eurodescendentes, é de 7,5%. Temos, ainda, outros agravantes, como as ocupações espaciais que ainda refletem o período da escravidão, com altas taxas de concentração em periferias urbanas e em áreas rurais isoladas. Em consequência disso, os afrodescendentes continuam detendo as menores marcas no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH); 45 pontos abaixo da população branca (IBGE, 2010; PNUD, 2009).

Não há como negar a importância dessas políticas educacionais na superação das desigualdades sociais entre brancos e negros, que ainda é muito grande. Também das práticas raciais excludentes que foram impregnadas pelo processo de constituição e expansão da educação formal brasileira. Práticas que ainda estão impregnadas no cotidiano das nossas escolas nos dias atuais. Tanto a Lei 10.639/2003, como outras políticas educacionais voltadas para o negro devem existir, principalmente, no sentido de cumprir com o débito histórico que o Estado tem com essas populações vítimas de práticas sociais segregacionistas e na superação de outras abolições que não foram implantadas, após a oficial abolição de 1888. Formas que estão escamoteadas nas relações sociais com o negro brasileiro; como exemplos, temos o acesso aos bens públicos e de fato no direito a educação. Situações que de certa forma, deixaram o negro à mercê de políticas de inclusão social, ou seja, atualmente o afrodescendente saiu da condição educacional de excludente, para a condição de subordinado

a políticas de inclusão social, de pretensões “igualitárias” para que possa, no mínimo, circular nos mesmos espaços que os outros.

Outra situação é o problema relacionado às práticas educativas; segundo Gomes (2001, p. 86), em certos momentos, essas práticas que se pretendem iguais para todos podem acabar sendo mais discriminatórias. Segundo a autora, é preciso estar repensando nossos discursos e práticas ao desenvolver o ofício de educar, pois, dependendo da maneira como são desenvolvidas e reproduzidas na educação do negro, pode incorrer no erro da homogeneização em detrimento do reconhecimento de suas próprias diferenças. Reforçar somente o tratamento desigual que a população negra brasileira vem sofrendo desde a sua inserção na História do Brasil não muda nada, pois é necessário realizar ações educativas que permitam à população brasileira, no geral, perceber-se como diferente geneticamente e como igual na sociedade.

Assim, as políticas públicas voltadas para a democratização da educação pode ser um forte impulsionador de questões como inclusão e promoção da igualdade social do negro na sociedade. Essas políticas vem reconhecer a existência do afro-brasileiro e seus ancestrais africanos, sua trajetória na nação brasileira, na condição de sujeitos na construção da sociedade. Evidentemente a alteração da LDB, foi um ganho político. Agora é preciso que se modifique o conteúdo e as práticas escolares para conquistar um resultado eficaz no processo educativo, principalmente de crianças e jovens, para que o problema não se reproduza. Isso, com certeza, precisa ser construído no cotidiano do fazer pedagógico das escolas, envolver toda a comunidade escolar em geral, a fim de construir uma educação que tenha por base a abordagem do respeito à diversidade cultural.

## **(IN) CONCLUSÕES**

Diante dessa reflexão (in) conclui-se que o ensino excludente e elitista ainda persiste em existir. Embora o Brasil atual esteja discutindo sobre a admissão de negros na educação formal e sobre a implementação de políticas educacionais que respeitem suas identidades, ainda são muito fortes os traços históricos da exclusão do negro na constituição e na expansão da escolarização do país. De fato, isso é visível nas estatísticas sociais, os negros ainda são maioria nas favelas, nos bolsões de pobreza, na população carcerária, na população desempregada e analfabeta e, até mesmo, nas taxas de não escolarização, em que o afrodescendente ainda representa menor índice nas matrículas escolares.

O surgimento das ações afirmativas de inclusão racial destaca a importante participação dos movimentos sociais, principalmente o movimento negro na introdução de definitivas estratégias políticas de combate à própria desigualdade e ao racismo, geralmente negado e ocultado nos mecanismos e práticas desenvolvidas no interior da própria escola. No entanto, o processo de mudança que se sonha ainda não se efetiva na prática cotidiana nas escolas justamente, porque ainda encontramos uma distância muito grande entre os segmentos étnicos com relação ao acesso à educação formal.

Assim, a discriminação racial, que também é herança histórica e que sempre esteve ligada aos interesses políticos e econômicos, somada ao processo tardio e passivo da abolição da escravatura, trouxe para os dias atuais a visão naturalista das desigualdades entre brancos e negros, provocando as diferenças de oportunidades até mesmo no desempenho educacional, demarcando um traço de inferioridade étnico para o negro.

No geral, embora já se tenha avançado bastante na esfera educacional, a condição do negro na sociedade brasileira continua indiferente. Por isso, acredita-se que é preciso ainda adentrar muito nessa discussão, sempre arguido de que ainda há muito que se pavimentar e no sentido de que se possa entender o que tornou possível tal indiferença e como chegar a possíveis soluções.

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, Irene Maria Ferreira. **Enfrentando Preconceitos**. Campinas: CMU/ Unicamp, 1997.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em: < [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao)>. Acesso em: 30 jun. 2012.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Brasília, 1996.

\_\_\_\_\_. Secretaria de educação fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília MEC/SEF, 1998.

\_\_\_\_\_. Lei n. 10.639, de 09 de janeiro de 2003. **Diário Oficial da União**. Brasília, 10 jan. 2003.

\_\_\_\_\_. Ministério da educação. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Parecer CNE/CP3/2004, de 10 de março de 2004.

CARDOSO, Nádia. Movimento Negro pós-70: a educação como arma contra o racismo. **Juventude negra mobilizando-se por políticas de afirmação dos negros no Ensino Superior**. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual da Bahia, 2005.

CUNHA Jr.; Henrique. Pesquisas Educacionais em Temas de Interesse dos Afrodescendentes. In: LIMA, Ivan Costa et al.(Org.). **Os Negros e a Escola Brasileira**. n. 6. Florianópolis: Núcleo de Estudos Negros/ NEN, 1999.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande & senzala**. São Paulo: Global, 2005.

GOMES, Ana Beatriz S.; CUNHA JUNIOR, Henrique. **Educação e Afrodescendência**. Fortaleza: Ed. UFC, 2008

GOMES, Ana Beatriz S. **Universidade, Universalidade e Especificidade dos afrodescendentes**. Disponível em: <[www.googleacademico.webartigos.br](http://www.googleacademico.webartigos.br)>. Acesso em: 12 out. 2011.

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. **História da educação brasileira: leituras**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO GEOGRÁFICO DE ESTATÍSTICAS. **Senso 2010**. Disponível em: <[www.ibge.gov.com.br](http://www.ibge.gov.com.br)>. Acesso em: 13 set. 2011.

\_\_\_\_\_. **Síntese dos indicadores sociais da população por grupo/raça**. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD. Disponível em: <[www.ibge.gov.br/home/estatistica/pnad2009/pnad.sintese/2009.p](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pnad2009/pnad.sintese/2009.p)>. Acesso em: 27 jul. 2012.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. 4. ed. Brasília, 2011. p. 39.

LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cyntia Greive. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte-MG: Autêntica, 2000.

MACIEL, Cleber da Silva. **Discriminações raciais: negros em Campinas**. Campinas: CMU/Unicamp, 1997.

MEMÓRIA DA IMPRENSA. Jornais da “imprensa negra” em São Paulo - 1904 a 1963. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/hemeroteca/digitalizado>. Acesso em: 29 de mai.2014.

MOYSÉS, Sarita. Literatura e história. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo, n. 0, p. 53-62, set./dez. 1995.

MOURA, Clóvis. A Imprensa Negra em São Paulo: In: MOURA, Clóvis. **Imprensa Negra: estudo crítico**. São Paulo: Imprensa Oficial: Sindicato dos Jornalistas no Estado de São Paulo, Edição Fac-Similar, 2002.

MOURA, Clóvis. **A sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Ática, 1988.

PAIVA, Eduardo França. Leituras (im)possíveis: negros e mestiços leitores na América portuguesa. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL POLÍTICA, NAÇÃO E EDIÇÃO, Belo Horizonte, 2003. **Anais...** Belo Horizonte: Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Minas Gerais, 2003. v. 1.

PEREIRA, J. P. Colégio São Benedito: a escola na construção da cidadania. In: NASCIMENTO T. AQ. R. do et al. **Memória da educação**. Campinas-SP: EDUNICAMP, 1999.

PINTO, Regina Pahim. Movimento Negro e educação do negro: a ênfase na identidade. **Cadernos de pesquisa**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n. 86, ago. 1993.

PILETTI, N.; PILETTI, C. **Filosofia e História da Educação**. São Paulo: Ática, 1990.

RIBEIRO, Maria Luiza S. **História da Educação Brasileira**: a organização escolar. São Paulo: Moraes, 1991.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**: 1930-1973. 13 ed. Petrópolis - RJ: Vozes, 1991.

SOUZA, Rosa Fátima. Espaço da Educação e da Civilização: Origens dos Grupos Escolares No Brasil. In: SAVIANI, Dermeval. **O Legado Educacional do Século XIX**. São Paulo: Autores Associados, 1998.

WARDE, Miriam Jorge. Contribuições da História para a educação. **Em Aberto**, Brasília, DF ano 9, n.47, p.3-11, jul./set.1990.